XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

AS CONTRIBUIÇÕES DE PIERRE BOURDIEU E BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS PARA A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE

Germana Lima de Almeida
germanalima@alu.ufc.br
PPGCISH/UERN
Brasil

Geovania da Silva Toscano
geotoscano@gmail.com
PPGCISH/UERN; UFPB
Brasil

Ana Maria Morais Costa
ana.morais10@hotmail.com
PPGCISH/UERN
Brasil

Danielle dos Santos Costa
danielle.santos@ifsertao-pe.edu.br
Instituto Federal do Sertão Pernambucano-IFSERTÃO; PPGCISH/UERN
Brasil

RESUMO
Analisa-se as contribuições de Pierre Bourdieu e Boaventura de Sousa Santos à sociologia do conhecimento, buscando identificar suas confluências e distinções para a compreensão da ciência contemporânea. Mediante uma revisão bibliográfica, pontuando as raízes teóricas apontadas nos estudos de Bourdieu (1983, 2004, 2009, 2013) e Santos (2004, 2008, 2008b), postula-se que a sociologia do conhecimento tem um papel questionador tanto do fazer científico, quanto da finalidade deste saber, numa sociedade pós-moderna que anseia por soluções de problemas cotidianos que põem em risco a existência humana e dos demais seres vivos na terra. Os resultados dessa investigação teórica demonstram que, apesar das perspectivas reflexivas de ambos, com críticas consistentes ao fazer científico quanto à sua conformação hegemônica e atrelada a interesses políticos e econômicos; os autores distanciam-se não apenas em suas apreensões de recortes micro e macrossociológico, como também no propósito defendido por suas posições epistemológicas. O estruturalismo cooptado por Bourdieu aponta a ciência moderna como matriz preponderante na busca do saber válido e hierarquicamente determinador do caráter da verdade. Santos, por sua vez, dista deste viés ao defender a capacidade inata do ser humano para a produção de saberes de equivalente validade científica, versando sobre o reconhecimento destes – e não apenas da ciência – enquanto saber valido para a transformação da realidade de crise social em que vivemos.

Palavras Chaves: Sociologia do conhecimento. Epistemologias do Sul. Transformações capitalistas.

ABSTRACT
The contributions of Pierre Bourdieu and Boaventura de Sousa Santos to the sociology of cognition are analyzed, as an attempt to identify their confluences and distinctions for the understanding of contemporary science. By means of a bibliographical review, pointing out theoretical roots demonstrated in Bourdieu's (1983, 2004, 2009, 2013) and Santos' (2004, 2008, 2008b) studies, it is postulated that the sociology of knowledge has a questioning role both on the scientific enterprise as well as the purpose of this knowledge in a postmodern society that longs for solutions to everyday problems that endanger human existence and other living beings on Earth. The results of this theoretical investigation demonstrate that, despite the reflective perspective on both authors, with consistent criticism to the scientific making of its hegemonic conformation and its ties to political and economic interests; the authors distance from each other, not only in their apprehension of micro- and macro-sociological pieces of the puzzle, but also in the purpose advocated by their epistemological positions. The structuralism, from which Bourdieu framed part of his theory, points to modern science as a preponderant matrix in the search for valid and hierarchically determining knowledge of the character of truth. Santos, on the other hand, is far from this bias when defending the innate capacity of human beings for production of knowledge of equivalent scientific validity, referring to the recognition of these - and not solely on science - as valid knowledge for the transformation of reality and social crisis in which we live.

Keywords: Sociology of knowledge. Epistemologies of the South. Capitalist transformations.

I. Introdução

Alguns dos debates proeminentes de nossa pós-modernidade, no âmbito das ciências sociais e humanas, versam sobre uma controvertida hierarquização de saberes, em escala mundial; tendo os saberes científicos como preponderantes sobre as demais formas de obtenção de conhecimento. Na reconhecida amplidão com que se promove o conhecimento científico em nossa era da informação, especula-se o quanto este modelo de conhecimento estaria de fato fazendo jus à sua hegemonia, na produção de um conhecimento de validade superior ou talvez; desencadeando uma homogeneização dos sujeitos e dos processos que outrora, distintamente, buscavam operar a produção de conhecimento ou ainda; servindo a interesses de grupos restritos e não sociais, atrelado a imperativos políticos. Ambos, com um lastro de ação em escala mundial.

A este respeito, autores como Pierre Bourdieu e Boaventura dos Santos Sousa projetam no cenário intelectual algumas (in) congruências desta forma específica de produção de conhecimento - o científico - e debatem algumas de suas peculiaridades e efeitos na sociedade. Ambos parecem acordar quanto à estreita ligação entre elementos inerentes à produção do conhecimento científico e a reprodução dos interesses de elites políticas, culturais ou econômicas.

Mediante uma revisão bibliográfica este trabalho, concluído em seu propósito, pontua preliminarmente algumas raízes epistemológicas dos saberes em voga em nossa dinâmica informacional, para em seguida apresentar as principais discussões dos autores supracitados, oferecendo-nos singulares possibilidades de apreensão dessa temática.

II. Metodologia

A metodologia adotada é de cunho bibliográfico divididas em três etapas. Na primeira, a pesquisa buscou alguns dos principais antecedentes teóricos na consolidação do modelo de conhecimento científico, levando-o a tornar-se hegemônico em nossa atualidade. A partir de meados do século XX, surge o segmento das ciências sociais denominado Sociologia do Conhecimento que

voltou-se para a investigação do próprio fazer científico, interessado nos processos sociais que lhe são inerentes. Este é o tema da segunda etapa da pesquisa deste trabalho, elegendo alguns dos principais autores e concepções formuladoras deste campo científico. Na terceira etapa, o aprofundamento nos autores Pierre Bourdieu e Boaventura de Sousa Santos nos permite dialogar com visões contemporâneas da temática, expondo alguns pontos de seus respectivos diálogos teórico-metodológicos.

Neste sentido, nas seções que se seguem é possível localizar: as referências precursoras do campo, vinculadas à Filosofia e Sociologia do conhecimento; algumas confluências e divergências representado pelos autores relevantes na trajetória basilar deste campo sociológico; duas vertentes de contribuições contemporâneas para o debate sobre a sociologia do(s) conhecimento(s) e as considerações finais, que colaboram em sua exposição elementar para o vislumbre de futuros trabalhos relativos à compreensão do conhecimento enquanto elemento multifacetado e não restrito ao modelo de produção científico.

III. Aspectos basilares da produção de conhecimento moderno

A produção dos conhecimentos tomados por pré-científicos, atendiam a uma necessidade primordial dos grupos humanos de dar significado e construir uma relação de inteligibilidade entre o homem e o mundo, o cosmos e a natureza que os envolvia. Sendo um saber localizado em suas populações e prenhe dos aspectos socioculturais diversos em cada recanto, refletia também as necessidades e aptidões processualmente desencadeadas em cada sociedade.

Acerca destas inúmeras manifestações dos povos antigos que intentaram desvendar as fontes da verdade ou do conhecimento, a filosofia emergiu com ferramentas singulares em busca de compreender o mundo - animado e inanimado/material e imaterial - defendendo diversos aspectos e elaborando teorias que visavam explicar o caminho exato para a obtenção da “verdade”, ou seja, do conhecimento real, livrando-nos das ilusões ou equívocos da percepção e abstração destreinadas do “senso comum”.

A despeito do conflito entre duas de suas correntes, empiristas e racionalistas, a compreensão filosófica do mundo esteve por muito tempo dividia entre a abstração racional e a experiência sensorial, enquanto elementos primordiais para este fim.

Deste duelo, emergiram o racionalismo cartesiano e o empirismo baconiano. Estes antecedentes epistemológicos e cenário histórico-cultural que os forjou, acabaram por influir decisivamente na formulação do modelo de conhecimento que tornar-se-ia predominante em nossos dias atuais. O conhecimento científico – ou, o conhecimento válido – passaria a ser obtido a partir de um conjunto de *prerrogativas teóricas*, aplicadas *empiricamente* por um *sujeito* sobre um *objeto*, para abstrair-se uma *verdade* (tida como) *absoluta*. Esta concepção tomou vulto na idade moderna norteando não apenas as concepções de produção de conhecimento nas ciências naturais, como também nas humanas. E, em especial, nas ciências sociais, que se esmeraram por tornar-se uma ciência valendo-se de semelhantes constructos e posteriormente usando-os para investigar o próprio fazer científico que lhe subsidiara de métodos.

IV. Marco teórico-conceitual da Sociologia da(s) Ciência(s)

A influência de múltiplas vertentes filosóficas da construção do conhecimento nas ciências sociais repercutiu na formulação de três distintas correntes básicas do pensamento sociológico: o positivismo funcional durkheimiano, defendendo que a estrutura social preexistiria ao indivíduo, moldando-o; o compreensivismo weberiano, elegendo a interpretação do indivíduo sobre a sociedade como fator que motivaria sua ação e consequentemente, as transformações sociais; e o materialismo dialético marxista, consistindo no entendimento de que apenas a partir de uma dinâmica do conflito ou luta entre categorias equivalentes e opostas – no caso, as classes sociais ou grupos humanos – levariam a uma síntese e cerne da questão sociológica: a sociedade e suas transformações.

Em meio a essa coexistência teórica das ciências sociais, contudo, o próprio fazer científico tornou-se objeto da sociologia, sendo abordada por adeptos de ambas perspectivas teóricas. Este segmento da Sociologia do Conhecimento tornou-se pertinente para Bourdieu (2004) que retratou sua trajetória, desde o nascedouro desta disciplina em uma época onde se supunha meritória e desin-

teressada a atitude científica, calcada numa crença de abstração e imunidade do cientista; até as recentes investidas críticas de um panorama mundial globalizado, cuja critica principal aponta a ciência como um produto da sociedade como tantos outros, impossíveis de imparcialidade nas suas bases e práticas, sendo portanto uma ferramenta – sobretudo - política. Por conseguinte, o autor propôs-se a desvendar "[...] quais são os mecanismos que constituem a sua especificidade [da ciência] e, ao mesmo tempo, a irredutibilidade à história daquilo que aí se engendra? " (BOURDIEU, 2004; p. 14).

O autor retrata sua concepção mais descritiva que tendia a conceber a ciência como um universo uniformizado entre os indivíduos que dela participavam. Adeptos de uma tradição estruturo-funcionalista como Robert Merton (1910-2003), concebiam a atuação do cientista como um ente desinteressado (no prestígio, no lucro, nas instituições pertinentes ao fazer científico, etc.), e voltava-se para o recorte dos investigadores e instituições, enquanto elementos fundamentados numa coesão micro social instituída no grupo, demandada por suas instituições. Ou seja, a proeminência da instituição sobre o sujeito cientista e o aspecto de papéis delimitados e harmonizados dentro de um grupo social.

Contudo, Thomas Kuhn (1922-1996) trouxe a compreensão de um certo ritmo cíclico com que a ciência se renova. Cadenciada por períodos de estabilidade, latência e transformação de sua conformação "estrutural", que ele veio a denominar *paradigma*, e que estariam agindo sobre as condutas internas não só dos cientistas, mas da sociedade em geral. Boudieu (2004) sugere, contudo, que o mérito maior de Kuhn estaria na apreensão de rupturas daquilo que anteriormente se compreendia como universal e linear: o desenvolvimento do conhecimento científico.

Diante dos achados de David Bloor e o Programa Forte na década de 1960 na Escola de Edimburgo, Escócia, pesquisadores optaram por vislumbrar a ciência exatamente como um segmento social semelhante a outros, que traz em suas raízes um conjunto de valores e normas inerentes à sociedade. Desta forma, se instaura uma compreensão na Sociologia da Ciência de que as abstrações e conclusões cientificamente desenvolvidas ou seus dados experimentais não seriam por si suficientes para tornar válida e inconteste tais achados. Alegavam que incidem sobre os fatos e evi-

dencias empíricas de um laboratório, as escolhas cientificas motivadas ou aceitas pelos demais pesquisadores alheios a este laboratório; ou seja, existem influencias externas ao fazer científico repercutindo no que é produzido dentro dele (PORTOCARRERO, 1994).

Neste sentido, Latour e Woolgar (1988) passam a reconhecer que a destacada impessoalidade com que se observou o fazer científico anteriormente, esteve o tempo todo desconsiderando outros aspectos inerentes ao ser humano e que, por assim ser, deveriam estar igualmente influenciando as condutas internas da produção científica. Os autores se utilizam de matrizes teóricas que compreendiam que a interpretação humana sobre o meio que lhes cerca, seria significativo na predisposição de suas ações individuais, levando a realidade criada pelo cientista a ser também, e significativamente, expoente de suas crenças, emoções e interpretações individuais sobre o real. Tal segmento é consoante com a tradição fenomenológica das ciências humanas, fortemente contestadora das linhas de pesquisa positivistas e, conforme Santos;

> O argumento fundamental é que a ação humana é radicalmente subjetiva. O comportamento humano, ao contrário dos fenómenos naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objetiváveis, uma vez que o mesmo ato externo pode corresponder a sentidos de ação muito diferentes. (2008, p. 38)

Em suma, Latour e Woolgar expressam que as subjetividades presentes em um laboratório, não devem ser tidas como fruto apenas de um padrão do pensar racional cujas prerrogativas estão dadas pelo campo científico; mas sim, como circunstancias atadas a outros modelos do pensar e sentir cuja força e relevância poderiam ser superiores à razão compartimentalizada e instrumentalizada das perspectivas anteriores.

Apesar de suas distinções, ambas concepções da ciência social sobre a produção do conhecimento científico desenvolvidas por Merton, Khum, Bloor, Latour, são representantes coesos do paradigma da ciência moderna, calcado no determinismo mecanicista – descendente direto do racionalismo cartesiano e do empirismo baconiano. Mesmo a fenomenologia, de acordo com Santos, elege como fundamento último da ciência, a preponderância das ideias, direcionando a observação e experimentação, e presumindo uma completa distinção e delimitação entre *sujeito* e *objeto* praticadas pela produção de conhecimento cartesiana que foi concebida nos primórdios da era moderna.

Esse paradigma cartesiano, de acordo com Santos, estaria em crise devido a emergência de uma nova epistemologia, espelhada nas descobertas da Nova Ciência, nascida exatamente no âmbito de disciplinas privilegiadas das ciências naturais, como a física (mecânica quântica, iniciada com Einstein), a biologia molecular (autopoiesis de Maturana e Varela), a química (teoria da auto-organização de Ilya Prigogine), dentre outros. Santos (2008) pontua que:

> As novas ciências, que se desenvolveram dramaticamente a partir de meados do século XX, são antirreducionistas. Em vez do simples, o complexo; [...] em vez do tempo linear, os tempos não lineares; em vez da continuidade, a descontinuidade; em vez da realidade construída ou criada, os processo de criação; [...] em vez da certeza, a incerteza[...]; em vez da prioridade da investigação da relação causa-efeito, a prioridade da investigação dos meios para atingir objetivos; em vez da separação entre sujeito e objeto, o objeto que é o sujeito; em vez da separação entre observador e observado, o observador *na* observação; em vez da separação entre o pensar e o agir, a interatividade entre ambos no processo de investigação. (p. 141)

Santos defende ainda que a produção de conhecimento não se limita ao âmbito da ciência praticada sob paradigma cartesiano, visto que o mesmo não se encontra mais tão apto a explicar o mundo, como outrora fizera, antes da profusão de tantos fenômenos e inter-relações complexas em nossa sociedade.

IV. Discussão

Em meio à multiplicidade de matrizes teóricas, muitos debates – e não só das ciências sociais – confluem para uma mesma constatação de que a produção do conhecimento e seus usos tem sido a mola propulsora de inúmeras transformações sociais, sobretudo com o advento da globalização de mercados, possibilitada pela revolução tecnológica.

No entanto, esta mesma globalização expôs certo grau de fragilidade das epistemologias tradicionais do fazer científico, que se encontram numa aparente transição paradigmática que pode transformar os elementos ou a forma de perceber os elementos – até hoje - basilares da produção de conhecimento.

A este respeito, as considerações de Bourdieu e Boaventura Santos são emblemáticas em suas singularidades teóricas para uma compreensão do ponto de ebulição em que se encontra os

estudos sobre a produção de conhecimento, fomentando amplas discussões no âmbito da sociologia do conhecimento ou, provocativamente falando; sociologia da(s) ciência(s).

Pierre Bourdieu

Bourdieu (1983, 2004) elabora uma perspectiva da sociologia do conhecimento delimitando-o no *campo* de relações do fazer científico que envolve mais do que apenas o laboratório onde se dão as evidencias empíricas e seus apanhados teóricos mais imediatos. Verte-a numa sociologia *da ciência* por sua firme concepção do campo cientifico como um dos segmentos estruturadores e propulsores da sociedade. Sua análise se dá, portanto, a partir do recorte deste espaço particular de relações sociais, onde predomina um padrão determinado de disposições e condutas, em função do poder simbólico – o campo científico. Trata-se, essencialmente, de um espaço de luta entre indivíduos em busca de um específico poder social; que pode ser conquistado, mas que é simultaneamente outorgado pelos pares, os quais podem identificar quem estaria apto a recebê-lo.

Sua teoria do Poder Simbólico (BOURDIEU, 2009), fundamentou duas categorias analíticas fundamentais em suas obras e indispensáveis na elucidação desta teia de relações, hierarquizações e predisposições à ação, emanadas por este campo onde se joga o jogo e suas regras.

E embora aplique sua análise sobre o laboratório científico, demonstra que toda sorte de relações diretas, indiretas, institucionais, objetivas e subjetivas participam da construção do conhecimento – ambas circunscritas as leis do campo, contudo. De partida, abstrai-se que sua concepção de conhecimento parece, justamente, limitada à apreensão do conhecimento científico enquanto único mecanismo de saber válido. Sua análise demonstra o quanto as regras e práticas (desencadeadora de regras) científicas credenciam a si mesmas e a alguns cientistas, uma posição privilegiada na determinação do jogo e das regras pelas quais os demais participantes estão dispostos a disputar na produção de verdades científicas.

Sua teoria inova ao elencar tanto a objetividade quanto a subjetividade numa análise e a delimitação de seu recorte implica sempre na identificação do jogo de relações acionados pelo fazer científico (o *campo*), que necessitaria seduzir apoiadores para o financiamento de suas pesquisas e

instrumentos; bem como mão-de obra abundante; mídia favorável e muitos outros elementos que conformam uma grande rede de relações (inclusive burocracia) intra e extra científicas.

Sua categoria de *campo* recusa opor, como nas correntes cientificas precedentes, portanto, uma análise meramente interna, sobre a lógica com a qual se produz os problemas verificáveis; ou preponderantemente externa, acerca das conjunturas sociais que acarretam em certas predisposições sobre seus acionamentos. A luta pela autoridade científica, um *capital social*, mais do que meramente um conjunto de disputas racionais, produzem valores simbólicos que são assimilados pelos jogadores na condição de *habitus* incorporado ou, ainda, *ilusio.* Isso implica em dizer que dentro deste campo científico, onde os sujeitos disputam postos de hierarquia social, há um código de valores e condutas capazes de orientar tanto as práticas em suas relações, quanto as escolhas temáticas e metodológicas para estudo.

No entanto há uma peculiaridade: o prestigio é alcançado primordialmente pelo reconhecimento dos seus pares e concorrentes do mesmo campo, para só então repercutir no reconhecimento social mais amplo. Este viés indica o caráter excludente da prática cientifica, uma vez que "A forma que reveste a luta inseparavelmente científica e política pela legitimidade depende da estrutura [...] da distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes da luta." (1983, p. 15). E desta forma, evidenciando outras dimensões do fazer cientifico – política, por exemplo.

A neutralidade científica defendida por precursores da sociologia do conhecimento é tida por inexistente em Bourdieu, apontando a ciência como uma forma eficaz de naturalizar – de forma incontestável, posto que inacessível e hierarquicamente privilegiada – diversas representações de interesses dominantes do mundo social. E traz como instigação pertinente da sociologia da ciência: qual do sentido real dos progressos da racionalidade cientifica, vistos que esses claramente não emanam e nem repercutem numa neutralidade política?

Embora identifique a estrutura com que se acionam as relações de luta no campo científico, Bourdieu defende, finalmente, que o fazer científico mais legítimo - estando o cientista imerso "no centro do jogo que ele pretende descrever" - requer deste uma objetivação eficaz, tomando por objeto não apenas as estratégias metodológicas imediatas mas também; o jogo que comanda as

próprias estratégias a que ele está submetido quando presume analisar com imparcialidade o seu recorte. Dito de outra forma, o cientista deveria estar sempre recorrendo a uma *reflexividade* atenta do fazer científico e das relações a que ele está submetido em sua sociedade, tanto quanto às escolhas e resultados que produz em seu campo científico.

Boaventura dos Santos Sousa

Santos, a despeito do *lócus* delimitado em Bourdieu para analisar a produção de conhecimento – a ciência - questiona a importância creditada a esta modalidade epistemológica desde sua concepção. Aponta um mecanismo automático de autopromoção desta frente às outras formas de conhecimento (filosófico, artístico, religioso, literário, étnico, etc.); levando seus processos de produção (instituições, organizações, metodologias, etc) a um status quase unânime de validade em todo o mundo. Ampliando o espectro da Sociologia da Ciência para uma Sociologia do Conhecimento ressalta que "*[...]* o privilégio epistemológico que a ciência moderna se arroga pressupõe que a ciência é feita no mundo, mas não é feita de mundo. A ciência intervém tanto mais eficazmente no mundo quanto mais independente é dele." (2008b, p.138)

Santos aponta para uma transformação necessária na forma de se conceber a ciência. Esta, não se limitando à disciplina sociológica deve considerar pelo menos quatro aspectos que tem sido preponderantes em suas observações, acerca da iminência de uma transformação paradigmática da ciência: o crescimento da produção e das comunidades científicas; a eficácia tecnológica produzida por tais pesquisas e conhecimentos que permitem a um maior número de pessoas interagirem com diversos modelos de conhecimento; a constatação do valor de mercado da ciência e, finalmente; a visibilidade em escala global de outras formas de produção de conhecimento que, ora parecem ter resultados corroborados pela ciência moderna, ora elaboram concepções do real que escapam à capacidade de compreensão mediante o aparato vigente da ciência.

Justamente sobre o último aspecto, o autor defende que, se a capacidade da ciência se moldou por meio do reducionismo do objeto, e mediante a evidência de distintos arcabouços e práticas de conhecimento serem capazes de resultados pertinentes e validos seria – no mínimo -

relevante reconhecer que o modelo de conhecimento da ciência moderna não é o único com ferramentas capazes de explicar a realidade.

Mais do que retirar os conhecimentos não científicos do ostracismo do senso comum que a ciência moderna lhes sentenciou, Santos sugere que a própria ciência é semelhantemente um juízo de valor, posto que sua própria epistemologia – assim como a epistemologia dos modelos ditos "não Científicos" – são igualmente fruto da transversalidade de elementos culturais, políticos, sociais, econômicos, etc.

Santos presume que dessa forma, o reconhecimento de múltiplos saberes por parte da escola científica, promoveria uma revolução a partir de uma variedade interna, em uma nova composição multidisciplinar do fazer científico; ou a partir de instrumentos analíticos comuns às anteriormente distintas "castas" de disciplinas científicas e seus membros. A transdisciplinaridade seria a chave para a explicação do real, no mundo globalizado e cada vez mais difícil de elucidar a partir de arcabouços teóricos da ciência moderna e sua "pretensa exclusividade e capacidade" de previsão ou solução de problemas sociais.

O novo fazer científico defendido por Santos implica em que não apenas disciplinas científicas poderiam ser detentoras de instrumentos válidos, mas igualmente, diversas epistemologias existentes, cujo reconhecimento foi negado e até perseguido. São saberes originalmente construídos por populações arcaicas, tradicionais ou locais, munidas de suas contingências singulares e códigos de procedimentos e abstração do real peculiares, em prol de suas demandas imediatas. Como exemplo inconteste, já temos em nosso repertório farmacológico um sem número de medicamentos que foram "descobertos" apenas a partir do uso prático de populações indígenas, quilombolas, aborígenes, etc., em todo o mundo; quando inexistia o modelo e ferramentas científicas vigentes. Cunha (2009) faz uma consistente exposição disto a respeito da ayahuasca produzida secularmente entre os indígenas da amazônia e as recentes "descobertas" científicas quanto aos seus componentes e potenciais bioquímicos – além de uma alusão ao valor de tais patentes!

Contudo, mais do que uma relação dialética entre modelos de produção de conhecimento, esta transdisciplinariedade evoca uma desalienação no seio dos redutos científicos, que esmeraram-se na compreensão pautada em observações reducionistas da realidade.

A conjuntura pós-moderna corrobora, em certa medida, para desmistificar também, a pretensa neutralidade da ciência moderna. Valendo-se de investigação histórica e etnográfica, dentre outros, Santos revela que são melhor evidenciadas as relações de dependência da ciência formal com outros sistemas sociais. São transparecidos os modos e contextos relacionais do pesquisador e instituições diversas (financiadoras, acadêmicos, econômicos, políticos, etc.) bem como, são também questionados os limites da ciência, frente ao contexto social e cultural em que a mesma se desenvolve. O autor defende que "a heterogeneidade das práticas [...] cientificas [...]pulverizaram a pretensa unidade epistemológica da ciência e transformaram a oposição [...] estruturante do campo dos saberes [ciência e não ciência], numa pluralidade pouco estável de culturas científicas e de configurações de conhecimentos" (2008b, p. 146).

A este respeito, Harding (In Santos, 2008b, p. 150) apresenta a perspectiva de que a ciência não pode ser separada da cultura de seu local de origem, da história e de sua época; revelando a inconveniência de uma ciência moderna, espelho da cultura europeia, se expandindo unilateralmente em outros continentes. Por isto, a importação inadvertida de um modelo epistemológico do Norte (Europa) para o Sul (países em desenvolvimento), figuraria como uma expansão colonialista em outro nível que não o de exploração do espaço físico. Tratar-se-ia de uma submissão à produção de conhecimentos do (supostamente) ex-colonizador, suprimindo a diversidade cognitiva e empoderamento proporcionados pelas *ciências* que nascem e são concebidas por outros povos em seus respectivos territórios.

Neste sentido, entende-se que a globalização econômica é engendrada primordialmente pela preponderância epistemológica europeia em detrimento das epistemologias de países emergentes e, por isso mesmo, uma nova colonização dos povos em favor dos valores emanados pela feição cultural europeia. Pois "As metamorfoses da hierarquia entre o científico e o não científico [...] incluem as dicotomias [...] moderno / tradicional; global / local; desenvolvido / subdesenvolvido;

avançado / atrasado, etc. Cada uma delas revela uma dimensão da dominação [...]" (SANTOS, 2008b, p.153) originada pela visão eurocêntrica sobre as demais populações do mundo.

O pensamento de Santos parte para a defesa de uma reorganização global da condução do modelo capitalista, assentada na reformulação primeira da produção de conhecimento e da forma como ela está alicerçada no mundo. Alega que a desigualdade capitalista é, primeiramente, uma desigualdade epistemológica provocada pela preponderância da ciência moderna que teria destituído sistematicamente os outros diversos interlocutores da produção e prática de saberes válidos, porém, oriundos de práticas culturais e epistemologias locais diversos.

Desta forma e de outras, a ciência moderna europeia teria perpetuado as marginalizações, exclusões, a hierarquia de seus referenciais de cultura sobre povos anteriormente colonizados e atualmente tidos como independentes – emergentes ou em desenvolvimento. A independência, contudo, de acordo com Santos, não chega a se consumar de fato posto que persiste uma pós-colonização intelectual que tem sido, na pós-modernidade, limitante ou condicionante dos passos sociais, econômicos e culturais de populações "subalternas" do mundo, em favor das demandas, necessidades ou prescrições da autoridade cientifica majoritária e unilateral.

Descolonizar é preciso, defende Santos (2008, 2008b, 2011), mediante uma promoção das epistemologias ou ciências que sempre existiram em povos culturalmente minoritários, que poderiam, segundo alega, proporcionar uma transformação científica sem precedentes, repercutindo na transformação do atual cenário mundial globalizado, em favor das igualdades sociais e de uma nova visão de mercados.

V. Conclusões

Em ambos autores, encontramos críticas consistentes acerca do fazer científico e do papel do cientista na produção de conhecimento, expondo aspectos deste que atendem aos interesses de segmentos econômicos ou políticos hegemônicos, sendo o modelo de saber formal, escolar e científico, um expoente expressivo desta realidade.

Santos denomina de pós-colonialismo, um certo grau de "colonialismo ideológico" impetrado pelo sistema educacional e acadêmico exportado da Europa para os países do "sul epistêmico". Bourdieu, por seu turno, concebe o jogo de desigualdades promovido em busca do *poder simbólico* que é mediado pelo *capital cultural*. Este por seu turno, demandado e transmitido desigualmente por meio da reprodução escolar que é, em suma, matriz disseminadora do modelo epistemológico científico cartesiano (europeu, como o sabemos).

Noutro aspecto comum, os autores expõem o esforço do fazer científico em se desenvolver de forma exclusivista e excludente. Impeditiva a largas parcelas da sociedade, desenvolve-se permitindo seu dialogo primordialmente aos pares; com simultâneo esforço de aniquilamento real, intelectual ou virtual dos outros saberes científicos (leia-se: do mesmo campo de saber bem como dos saberes produzidos pelas "não ciências") que não comungam com os preceitos usados pelos representantes do topo hierárquico em cada grupo disciplinar científico – os donos do jogo. Topo este que, inevitavelmente, é conquistado por força da reversão possível do capital social adquirido em suas descobertas científicas, em outras formas de capital - notadamente o econômico. Deste modo, a pretensa neutralidade, seja das escolhas científicas, da pratica, ou da cognição isolada de um *corpus* científico e do resto da sociedade, revela-se inexistente.

Na alçada de uma ciência "interessada", ambos autores alertam para a responsabilidade que devem ter os cientistas ao desempenharem seu papel. Mais do que acionarem as regras do sistema exposto, devem esmerar-se numa prática reflexiva. Ambos propõem que o pensar e as regras do pensar cientifico superem os condicionantes ideológicos que permeiam a construção deste modelo de conhecimento.

Mas as semelhanças cessam na exata linha epistemológicas acionada por tais autores.

Bourdieu, embora de difícil classificação, aproxima-se de uma matriz positivista (o estruturalismo) e o seu esforço é o de, exatamente, delimitar as regras vigentes – os códigos gerais – que os indivíduos acionam no recorte analítico pretendido, produzindo condições sociais para sua reprodução ou reformulação. Mas sempre entendendo um espectro de previsibilidade e permanência da estrutura que se reconhece ativa sobre os indivíduos.

Santos, por seu turno, descende de uma episteme pós-marxista que, mesmo nesta escolha, transcende seus referenciais teóricos e aproxima-se da perspectivas das Novas Ciências. Estas, anunciam a imprevisibilidade dos sistemas, e decadência do modelo hegemônico, sugerindo um reconhecimento da multiplicidade de campos de conhecimento (disciplinas cientificas e as epistemologias não científicas). Defende a eliminação de hierarquias e dos muitos e privilégios de poucos segmentos científicos, econômicos ou sociais.

VI. Bibliografia

BOURDIEU, P. (1983) O campo científico**.** In: ORTIZ, R. (Org). **Pierre Bourdieu –** Sociologia. São Paulo: Ática.(p. 122-155.)
_____. (2004) **Para uma sociologia da ciência.** Lisboa/Portugal: Edições 70.
_____. (2009) **O poder simbólico.** 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
_____. (2013) **Capital simbólico e classes sociais**. (Introdução e notas: Loic Wacquant) Novos estud. - CEBRAP [online]. n.96, pp.105-115. ISSN 0101-3300. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008 Acesso em: 13 fev. 2017.

CUNHA, M. C. (2009) **Cultura com aspas.** São Paulo: Cosac Naify.

KUHN, T. S. (2003) A estrutura das revoluções científicas. 7. ed. São Paulo: Perspectiva.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. (1997) **A vida de laboratório:** a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Duramá.

MICELI, S. (2003) **Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura**. Tempo soc. [online]. vol.15, n.1, pp.63-79. ISSN 0103-2070. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000100004> Acesso em: 13 fev. 2017.

PORTOCARRERO, V., (1994) [org.] **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 272 p. ISBN: 85-85676-02-7. Available from SciELO Books Disponível em: http://books.scielo.org Acesso em: 10/fev/2017

SANTOS, B. S. (2008) **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez**.**
_____. (2008b) **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.
_____. (2004) **Conhecimento prudente para uma vida decente:** um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez.

WACQUANT, L. J. D. (2007) **Notas para esclarecer a noção de *habitus.*** RBSE 6(16): 5-11, abril.